



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

ESTADO DE MINAS GERAIS

ATAS DE REUNIÕES DECORRENTES DE REQUERIMENTOS



Ata da Reunião realizada em decorrência do pedido de diligência da Comissão de Legislação e Justiça para tratar sobre Projeto de Lei Ordinária nº 005-E-2025, que "DISPÕE SOBRE O SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E ESTABELECE NORMAS DE DIREITO TRIBUTÁRIO APLICÁVEIS AO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Ata da Reunião realizada no dia 20 de maio de 2025, nesta cidade de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais, no Palácio do Legislativo Municipal, às 14:30, em decorrência do pedido de diligência da Comissão de Legislação e Justiça para tratar sobre Projeto de Lei Complementar nº 005-E-2025, que "*DISPÕE SOBRE O SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E ESTABELECE NORMAS DE DIREITO TRIBUTÁRIO APLICÁVEIS AO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS*". Participaram da reunião: (I) membros da Comissão de Legislação e Justiça, quais sejam, Vereadora Simone do Carmo, Vereadora Cida Toledo, e por representação, Vereador Arlindo Fonseca, através de seu Assessor Jurídico, Dr. Flávio Aleixo, (II) i. Secretário Municipal da Fazenda, Dr. Cláudio de Castro Sá Filho, (III) Vereador Pedro Américo, (IV) assessores jurídicos dos membros da Comissão de Legislação e Justiça, Dr. Jonathan Carlos e Dra. Mariana Lacerda, (V) representantes da Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e de Serviços de Conselheiro Lafaiete - ACIAS, (VI) representantes da Câmara de Dirigentes Lojistas de Conselheiro Lafaiete - CDLCL, (VII) representantes de grupo hoteleiro de Conselheiro Lafaiete e (VIII) servidores municipais.

Abertos os trabalhos pela Vereadora Simone do Carmo, que presidiu a reunião, fora contextualizado o tema do Projeto de Lei e explicitado todo o procedimento de trâmite legislativo aos demais presentes, inclusive, que se encontra em fase de diligência solicitada pela Comissão de Legislação e Justiça para viabilização de parecer prévio, ato estritamente técnico relacionado às questões legais e jurídicas. Ainda, os presentes foram informados quanto à previsão de ser realizada audiência pública para debate e participação direta da população e interessados, ocasião pertinente para solução de dúvidas quanto ao mérito da proposta.

Araceli

seiva

pertinent, para solução de dúvidas quanto ao mérito da proposta.
debate e participação direta da população e interessados, ocasião
informados quanto à previsão de ser realizada audiência pública para
relacionado às questões legais e jurídicas. Ainda, os presentes foram
instruídos para observação de pareceres, ato estritamente técnico
encontra em fase de diligências solicitadas pela Comissão de Legislação e
Processamento do Poder Legislativo aos demais presentes, inclusive que se
tenha, fora contextualizado o tema do Projeto de Lei e explicitado todo o

Abertos os trabalhos pela Vereadora Simone do Carmo, que presidiu a
(VIII) servidores municipais.

COMISSÃO (VII) representantes de Grupo Poderoso de Conselho Geral e
representantes da Câmara de Dirigentes Locais de Conselho Geral -
Agropecuária e de Serviços de Conselho Geral - AGRÍCOLA (VI)

Assessoria (V) representantes da Associação Comercial, Industrial,
e Comissão de Legislação e Justiça, Dr. Jonathan Carlos e Dra. Mariana

Filho, (III) Vereador Pedro Américo, (IV) assessores jurídicos dos membros
Alcides, (II) o Secretário Municipal da Fazenda, Dr. Claudio de Castro da

Vereador Airton Fonseca, através de seu Assessor Jurídico, Dr. Elvino
Vereadora Simone do Carmo, Vereadora Cida Toledo, e por representação,

da reunião (I) membros da Comissão de Legislação e Justiça, quais sejam
DE CONSELHEIRO GERAL E DA CÂMARA DE PROVEDORES. Participaram

ESTABELECE NORMAS DE DIREITO TRIBUTÁRIO APLICÁVEIS AO MUNICÍPIO
E-2052, que "DISPÕE SOBRE O SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E

Legislação e Justiça para tratar sobre Projeto de Lei Complementar nº 002-
Municipal, às 14:30, em decorrência do pedido de diligência da Comissão de

Conselheiro Geral e Estado de Minas Gerais, no Palácio do Legislativo
Ata da Reunião realizada no dia 20 de maio de 2022, nesta cidade de

DETERMINAÇÃO E DOUTRINA DE PROVEDORES.
MUNICÍPIO E ESTABELECE NORMAS DE DIREITO TRIBUTÁRIO APLICÁVEIS AO MUNICÍPIO DE
para tratar sobre Projeto de Lei Complementar nº 002-E, que "DISPÕE SOBRE O SISTEMA TRIBUTÁRIO
Ata da Reunião realizada em decorrência do pedido de diligência da Comissão de Legislação e Justiça para



ATA DE REUNIÕES DECORRENTES DE REQUERIMENTOS
ESTADO DE MINAS GERAIS
Câmara Municipal de Conselho Geral



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

ESTADO DE MINAS GERAIS

ATAS DE REUNIÕES DECORRENTES DE REQUERIMENTOS



Ata da Reunião realizada em decorrência do pedido de diligência da Comissão de Legislação e Justiça para tratar sobre Projeto de Lei Ordinária nº 005-E-2025, que "DISPÕE SOBRE O SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E ESTABELECE NORMAS DE DIREITO TRIBUTÁRIO APLICÁVEIS AO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Após a introdução, os presentes apresentaram suas dúvidas ao i. Secretário Municipal da Fazenda, Dr. Cláudio de Castro Sá Filho, que defendeu as questões constantes no Projeto de Lei da forma que se encontra originariamente, informando sobre a necessidade de sua aprovação. Em sede de fundamentação, o i. Secretário Municipal, Dr. Cláudio, tratando o Projeto de Lei Complementar como "código" e "reforma tributária", informou que este visa organizar e disciplinar de forma completa as normas relacionadas ao Sistema Tributário Municipal, se preocupando em atingir e compreender outras normas que tratam sobre o assunto e possam, eventualmente, gerar conflitos de interpretação e/ou dubiedade.

Complementando seu argumento de forma a explicar as condições do Projeto de Lei, especialmente, aquelas que corroboram o ensejo de sua aprovação, o i. Secretário Municipal sustentou que realizou estudos de forma a apresentar inovações e adequações pertinentes à legislação atual, em todos os aspectos e dentro de uma condição razoável, notadamente, no que se refere às alíquotas, taxas, bases de cálculo, incentivos fiscais, valorização da economia interna e condições gerais que norteiam o Sistema Tributário. Advertiu que para que possa haver evolução em questões tributárias, haveria de se ter um ponto de partida, que seria o então discutido Projeto de Lei, partindo de um momento de transição de governos, inserido numa condição de justiça, organização e transparência.

Continuando a discussão do Projeto de Lei Complementar, sobreveio demanda de grupos presentes, notadamente, (I) Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e de Serviços de Conselheiro Lafaiete - ACIAS, CDL e Grupo Hoteleiro de Conselheiro Lafaiete, quanto à possibilidade de proposta de emenda, por parte do EXECUTIVO, sobre alteração da alíquota

[Handwritten signature]

Secretaria de

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

propostas de emenda, por parte do EXECUTIVO, sobre alteração da estrutura
o Grupo Hoteleiro de Conselho Fiscal, quanto a possibilidade de
industrial, Agropecuária e de Serviços de Conselho Fiscal - ACIAZ CDG
demanda de grupos presentes, notadamente, (I) Associação Comercial,

Continuando a discussão do Projeto de Lei Complementar, sobre o
Governo, inserido numa condição de justiça, organização e transparência.
discutido Projeto de Lei, partindo de um momento de transição de
tributárias, haveria de se ter um ponto de partida, que seria o então
Tributário. Advertiu que para que possa haver evolução em questões
valorização da economia interna e condições gerais que norteiam o sistema
que se refere às alíquotas, taxas, bases de cálculo, incentivos fiscais,
em todos os aspectos e dentro de uma condição razoável, notadamente, no
forma a apresentar inovações e adequações pertinentes à legislação atual,
aprovação, o 1º Secretário Municipal sustentou que, realizou estudos de
Projeto de Lei, especialmente, aquelas que corroboram o ensino de sua

Complementando seu argumento de forma a explicar as condições do
duplidade.

assunto e possam, eventualmente, gerar conflitos de interpretação e/ou
preocupando em atingir e compreender outras normas que tratam sobre o
completa as normas relacionadas ao Sistema Tributário Municipal, se
tributária", informou que este visa organizar e disciplinar de forma
cláusula, tratando o Projeto de Lei Complementar como "código" e "reforma
aprovação. Em sede de fundamentação, o 1º Secretário Municipal, Dr.
encontra originariamente, informando sobre a necessidade de sua
defendem as questões constantes no Projeto de Lei da forma que o
Secretário Municipal da Fazenda, Dr. Cláudio de Castro da Silva, que

Após a introdução, os presentes apresentaram suas dúvidas ao 1º

CONSELHEIRO FISCAL E DA OUTRAS PROVADECIAS.

MUNICIPAL E ESTABELECE NORMAS DE DIREITO TRIBUTÁRIO APLICÁVEIS AO MUNICÍPIO DE
sobre Projeto de Lei Ordinário n. 002 E-2052, que "DISPÕE SOBRE O SISTEMA TRIBUTÁRIO
da de reunião realizada em 05 de março de 1994, de diligência da Comissão de Legislação e Jurisprudência



ATAZ DE REUNIÕES DECOMBENTES DE PROVERBEMENTOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

Câmara Municipal de Conselho Fiscal



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

ESTADO DE MINAS GERAIS

ATAS DE REUNIÕES DECORRENTES DE REQUERIMENTOS



Ata da Reunião realizada em decorrência do pedido de diligência da Comissão de Legislação e Justiça para tratar sobre Projeto de Lei Ordinária nº 005-E-2025, que "DISPÕE SOBRE O SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E ESTABELECE NORMAS DE DIREITO TRIBUTÁRIO APLICÁVEIS AO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

da *taxa de alvará de licença e funcionamento*, sugerindo a mesma base de cálculo da taxa relacionada à Vigilância Sanitária, e (II) dos Fiscais Municipais, que solicitam a revisão dos pontos e condições relacionadas à produtividade fiscal, sob fundamento de não correspondência com a realidade fática atual, ambos formalizados através de ofício protocolizados e com cópia submetida ao i. Secretário Municipal.

Em resposta, o i. Secretário Municipal se comprometeu a proceder com análise dos requerimentos, considerando tomar providências, inclusive, apresentando emendas, conforme o caso.

Ao final da reunião, a Comissão de Legislação e Justiça, através da Vereadora Simone do Carmo, advertiu aos presentes que eventual deliberação sobre aspectos de conveniência, oportunidade ou mérito tributário extrapola suas atribuições, devendo ser apreciadas pelas demais Comissões e pelo plenário da Casa Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, a Vereadora Simone do Carmo declarou encerrada a reunião. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, após ser lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

João Américo de Almeida

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

Simone do Carmo

[Signature]

lida e aprovada, sera assinada por se presentes.

Encerrada a reuniao. Para constar, lavrou-se a presente Ata que após ser

lida mais havendo a tratar, a Vereadora Simone do Carmo declarou
Comissões e pelo Plenário da Casa Legislativa.

tributário extrapola suas atribuições, devendo ser apreciadas pelas demais
deliberações sobre asseio os de conveniências, oportunidade ou mérito
Vereadora Simone do Carmo, advertiu aos presentes que eventual

no final da reunião, a Comissão de Legislação e Justiça, através de
inclusiva, apresentando emendas, conforme o caso

com análise dos requerimentos, considerando tomar providências.

Em resposta, o 1. Secretário Municipal se comprometeu a proceder
e com cópia submetida ao 1. Secretário Municipal

realidade física atual, ambos formalizados através de ofício protocolizados
produtividade fiscal, sob fundamento de não correspondência com a
Municipais, que solicitam a revisão dos pontos e condições relacionadas a
cálculo da taxa relacionada a Vigilância Sanitária, e (II) dos fiscais
da taxa de alvará de licença e funcionamento, sugerindo a mesma base de

CONSELHEIRO GARCETE E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MUNICIPAL E ESTABELECE NORMAS DE DIREITO TRIBUTÁRIO FISCAL, DA O MUNICÍPIO DE
tratar sobre Projeto de Lei Ordinária nº 002 E-2022, que DISPÕE SOBRE O SISTEMA TRIBUTÁRIO
Ata da reunião realizada em decorrência do pedido de diligência da Comissão de Legislação e Justiça para



ATAZ DE REUNIÕES DECORRENTES DE REQUERIMENTOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

Câmara Municipal de Conselheiro Garcia